

Capítulo 1 – Elementos do Direito Administrativo 1

- 1.1. O Direito Administrativo 1
 - 1.1.1. Histórico e fontes 1
 - 1.1.2. Conceito 6
 - 1.1.3. A função administrativa 8
- 1.2. Regime Jurídico-Administrativo 9
- 1.3. Princípios Básicos do Direito Administrativo 10
 - 1.3.1. Princípio da Legalidade 12
 - 1.3.2. Princípio da Impessoalidade 13
 - 1.3.3. Princípio da Moralidade 14
 - 1.3.4. Princípio da Publicidade 17
 - 1.3.5. Princípio da Eficiência 18

Capítulo 2 – Administração Pública e Direito Administrativo 21

- 2.1. As Estruturas Administrativas 21
 - 2.1.1. Conceitos e elementos de Estado 21
 - 2.1.1.1. Conceito de Estado 21
 - 2.1.1.2. Elementos do Estado 22
- 2.2. Organização do Estado e da Administração 23
 - 2.2.1. Organização do Estado 23
 - 2.2.2. Organização da Administração 24
 - 2.2.2.1. Princípios norteadores da organização administrativa 26
 - 2.2.3. Administração Direta 42
 - 2.2.3.1. Administração Direta federal 42
 - 2.2.3.2. Administração Direta estadual 50
 - 2.2.3.3. Administração Direta municipal 53
 - 2.2.3.4. Administração Direta distrital 54
 - 2.2.4. Administração Indireta 57
 - 2.2.4.1. Autarquias 59
 - 2.2.4.2. Fundações 67



2.2.4.3. Estatais	74
2.2.4.4. As agências reguladoras	91
2.2.5. A atividade administrativa: poder e função na Administração Pública	108
2.2.5.1. Os poderes e deveres do Administrador Público	108
2.3. Órgãos Públicos	127
2.3.1. Conceito de órgãos públicos	127
2.3.2. Teoria do órgão	128
2.3.3. Classificação dos órgãos públicos	131
2.3.4. A hierarquia	134
2.4. Agentes Públicos	134
2.4.1. Conceito de agentes públicos	134
2.4.2. Espécies de agentes públicos	136
2.4.3. Regime Jurídico Único	139
2.4.4. Organização funcional	141
2.4.5. Classificação dos cargos	141
2.4.6. Criação, transformação e extinção de cargos – art. 48, X, da CF/1988	142
2.4.7. Iniciativa	143
2.4.8. Provimento	143
2.4.9. Na investidura: tem-se nomeação, posse e exercício	149
2.4.10. Direito adquirido dos servidores	150
2.4.11. Acumulação de cargos e funções	150
2.4.12. Estabilidade	151

Capítulo 3 – Atos Administrativos 153

3.1. Conceito e Requisitos do Ato Administrativo	153
3.1.1. Fatos jurídicos, atos jurídicos, fato administrativo e ato administrativo	153
3.1.2. Conceito	154
3.1.3. Requisitos	157
3.1.3.1. Requisitos de existência do ato administrativo (elementos)	160

-
- 3.1.3.2. Requisitos de legitimidade do ato administrativo (pressupostos) 161
 - 3.2. Perfeição, Validade e Eficácia do Ato Administrativo 167
 - 3.3. Atributos do Ato Administrativo 168
 - 3.3.1. Presunção de legitimidade 168
 - 3.3.2. Imperatividade e coercibilidade 168
 - 3.3.3. Tipicidade 168
 - 3.3.4. Auto-executoriedade 168
 - 3.4. Classificação Essencial dos Atos Administrativos 168
 - 3.5. Espécies de Atos Administrativos 173
 - 3.5.1. Atos normativos 173
 - 3.5.1.1. Decretos 173
 - 3.5.1.2. Regimentos 174
 - 3.5.1.3. Resoluções 174
 - 3.5.1.4. Deliberações 174
 - 3.5.1.5. Instruções normativas 174
 - 3.5.2. Atos ordinatórios 174
 - 3.5.2.1. Instruções 174
 - 3.5.2.2. Circulares 174
 - 3.5.2.3. Avisos 175
 - 3.5.2.4. Portarias 175
 - 3.5.2.5. Ordens de serviço 175
 - 3.5.2.6. Ofícios 175
 - 3.5.2.7. Despachos 175
 - 3.5.3. Atos negociais 176
 - 3.5.3.1. Licença 176
 - 3.5.3.2. Autorização 176
 - 3.5.3.3. Permissão 176
 - 3.5.3.4. Concessão 177
 - 3.5.3.5. Aprovação 178
 - 3.5.3.6. Admissão 178
 - 3.5.3.7. Visto 178



3.5.3.8. Homologação/Ratificação	179
3.5.3.9. Dispensa	179
3.5.3.10. Renúncia	179
3.5.3.11. Protocolo Administrativo	179
3.5.3.12. Convalidação	180
3.5.4. Atos enunciativos	180
3.5.4.1. Certidões	180
3.5.4.2. Atestados ou certificados	180
3.5.4.3. Parecer normativo	180
3.5.4.4. Parecer técnico	180
3.5.4.5. Apostila	181
3.5.4.6. Adjunção	181
3.5.4.7. Alvará	181
3.5.5. Atos punitivos	181
3.5.5.1. Multa administrativa	181
3.5.5.2. Suspensão ou interdição do exercício de atividades	181
3.5.5.3. Confisco e destruição de bens	182
3.6. Mérito do Ato Administrativo	182
3.7. Extinção e Reaproveitamento dos Atos Administrativos	184
3.7.1. Extinção decorrente de motivos externos ao ato Administrativo	184
3.7.1.1. Cumprimento de seus efeitos	184
3.7.1.2. Desaparecimento do sujeito ou do objeto do ato	185
3.7.1.3. Retirada	185
3.7.1.4. Revogação	185
3.7.1.5. Cassação	186
3.7.1.6. Caducidade	186
3.7.1.7. Contraposição ou derrubada	186
3.7.1.8. Renúncia	186
3.7.1.9. Recusa	187
3.7.2. Extinção decorrente de motivos internos do ato administrativo	187
3.7.2.1. Anulação	187



- 3.7.2.2. Inexistência 187
- 3.7.2.3. Nulidade 188
- 3.7.3. Atos reaproveitáveis 188
 - 3.7.3.1. Ato irregular 188
 - 3.7.3.2. Ato convalidável 189
 - 3.7.3.3. Ato conversível 190

Capítulo 4 – Serviço Público e suas Formas de Prestação 191

- 4.1. Noções Gerais e Significado 191
- 4.2. Conceito de Serviço Público 202
 - 4.2.1. O “novo” serviço público 208
- 4.3. Princípios Aplicáveis aos Serviços Públicos 212
 - 4.3.1. O princípio da generalidade 213
 - 4.3.2. O princípio da igualdade ou da uniformidade 213
 - 4.3.3. O princípio da generalidade ou universalidade 214
 - 4.3.4. O princípio da continuidade 214
 - 4.3.5. O princípio da regularidade 215
 - 4.3.6. O princípio da eficiência 215
 - 4.3.7. O princípio da modicidade 216
 - 4.3.8. O princípio da cortesia 217
- 4.4. Características dos Serviços Públicos 217
- 4.5. Espécies de Serviços Públicos 218
 - 4.5.1. Serviços próprios e impróprios 219
 - 4.5.2. Serviços *Uti universi e Uti singuli* 220
 - 4.5.3. Serviços de relevância pública 221
 - 4.5.4. Serviços públicos federais, estaduais e municipais 221
 - 4.5.5. Serviços públicos quanto à natureza da necessidade a ser satisfeita 222
 - 4.5.5.1. Serviços públicos sociais 222
 - 4.5.5.2. Serviços públicos econômicos 223
 - 4.5.5.3. Serviços públicos culturais 223
- 4.6. A Descentralização na Prestação dos Serviços Públicos 223
- 4.7. Delegação de Serviço Público 227

4.7.1. Privatização em sentido estrito 227

4.7.2. Concessões 234

4.7.2.1 Histórico 234

Capítulo 5 – Licitações 235

5.1. Introdução 235

5.2. Contornos Jurídicos da Licitação 236

5.2.1. Fundamentos constitucionais da licitação 236

5.3. Conceitos 237

5.4. A Lei nº 8.666/1993 (Lei de Licitações) – Normas gerais sobre licitação 239

5.5. Princípios Gerais da Licitação 241

5.5.1. Legalidade 241

5.5.2. Impessoalidade 242

5.5.3. Moralidade 242

5.5.4. Publicidade 243

5.5.5. Eficiência 244

5.5.6. Isonomia ou da igualdade formal 244

5.5.7. Vinculação ao instrumento convocatório 246

5.5.8. Probidade administrativa 246

5.5.9. Julgamento objetivo 246

5.5.10. Sigilo das propostas 246

5.5.11. Procedimento formal 247

5.5.12. Adjudicação compulsória 247

5.5.13. Competição ou da competitividade 247

5.5.14. Ampla fiscalização da licitação 247

5.6. Dispensa e Inexigibilidade da Licitação 248

5.6.1. Casos de inexigibilidade de licitação 248

5.6.2. Casos de dispensa de licitação 252

5.6.3. Justificativa da contratação direta 259

5.7. Modalidades de Licitação 260

5.7.1. Concorrência – art. 22, § 1º 260

5.7.2. Tomada de preços – art. 22, § 2º 260



5.7.3. Convite – art. 22, § 3º	262
5.7.4. Concurso – art. 22, § 4º	263
5.7.5. Leilão – art. 22, § 5º	263
5.7.6. Pregão – Lei nº 10.520/2002	263
5.8. Tipos de Licitação	266
5.8.1. Menor preço	266
5.8.2. Melhor técnica	267
5.8.3. Técnica e preço	267
5.8.4. Maior lance ou oferta	267
5.9. Procedimento Licitatório e suas Fases: Roteiro Prático para Licitar	267
5.9.1. Introdução	267
5.9.2. Fases da licitação	268
5.9.2.1. Doutrina clássica: três fases	268
5.9.2.2. Doutrina contemporânea: duas fases	270

Bibliografia 291